

O PROJovem URBANO NA PERSPECTIVA DE JOVENS DA PERIFERIA DE FORTALEZA-CE

*Lia Machado Fiuza Fialho¹
Francisca Mayane Benvindo dos Santos²
Francisca Genifer Andrade de Sousa³*

Resumo: O estudo trata do Projovem Urbano, programa implantado pelo Governo Federal em 2008, que visa à inclusão social e à formação integral de jovens que não concluíram o ensino fundamental residentes em áreas urbanas. Objetiva-se compreender a percepção de jovens cearenses inseridos no Projovem Urbano sobre as possíveis contribuições e limitações do programa para a formação cidadã e profissional. Esse escopo foi concretizado mediante a realização de pesquisa qualitativa que adotou a História Oral temática como metodologia, a partir da qual foram realizadas entrevistas livres com quatro bolsistas do Projovem Urbano que estudam em uma escola localizada no bairro Henrique Jorge, região periférica de Fortaleza, Ceará. Os sujeitos da pesquisa são jovens com idades entre 21 e 29 anos, descendentes de famílias em situação de vulnerabilidade social, que se evadiram da escola ainda durante o ensino fundamental e que almejavam, através do Projovem, concluir a escolarização básica para, em seguida, ingressar no mercado de trabalho em busca de melhores condições financeiras para garantir o sustento familiar. Conclui-se que o Projovem Urbano é um programa que permite às juventudes periféricas o vislumbre de uma vida mais digna, mas, para isso, no decorrer do processo, eles precisam enfrentar uma série de dificuldades atinentes à permanência na escola, como falta de apoio financeiro, disparidade entre a realidade extraescolar com os conteúdos curriculares e ausência de suporte para alunas mães.

Palavras-chave: Juventudes; Políticas públicas; Projovem Urbano; Vulnerabilidade social; Periferia.

THE URBAN PROJECT FROM THE PERSPECTIVE OF YOUNG PEOPLE FROM THE OUTSKIRTS OF FORTALEZA-CE

¹ Professora do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UEDE). Doutora pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: lia_fialho@yahoo.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0393-9892>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4614894191113114>.

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: mayanebenvindo@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4923-3759>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6027100094264957>.

³ Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: geniferandrade@yahoo.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8280-3250>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4904576198000368>.

Abstract: The study deals with Projovem Urbano, a programme set up by the federal government in 2008, which aims to provide social inclusion and comprehensive training for young people who have not completed primary school and who live in urban areas. The aim is to understand the perception of young people from Ceará who are part of Projovem Urbano about the possible contributions and limitations of the programme in terms of citizen and professional training. This was achieved by carrying out qualitative research using thematic oral history as a methodology, from which free interviews were conducted with four Projovem Urbano scholarship holders studying at a school located in the Henrique Jorge neighbourhood, on the outskirts of Fortaleza, Ceará. The subjects of the research are young people aged between 21 and 29, descended from families in situations of social vulnerability, who dropped out of school while still in primary school, and who wanted, through Projovem, to complete basic schooling in order to then enter the labour market in search of better financial conditions to ensure their family's livelihood. The conclusion is that Projovem Urbano is a programme that gives peripheral young people a glimpse of a more dignified life, but in order to achieve this, during the process, they have to face a series of difficulties related to staying in school, such as lack of financial support, disparity between the reality outside school and the curricular content, and lack of support for student mothers.

Keywords: Youth; Public policies; Projovem Urban; Social vulnerability; Periphery.

EL PROYECTO URBANO DESDE LA PERSPECTIVA DE LOS JÓVENES DE LA PERIFERIA DE FORTALEZA-CE

Resumen: El estudio aborda el Projovem Urbano, un programa creado por el gobierno federal en 2008, que tiene como objetivo la inclusión social y la formación integral de jóvenes que no han terminado la escuela primaria y que viven en zonas urbanas. El objetivo es conocer la percepción de los jóvenes cearenses que forman parte del Projovem Urbano sobre las posibles contribuciones y limitaciones del programa en términos de formación ciudadana y profesional. Para ello, se llevó a cabo una investigación cualitativa utilizando como metodología la Historia Oral temática, a partir de la cual se realizaron entrevistas libres a cuatro becarios del Projovem Urbano que estudian en una escuela ubicada en el barrio Henrique Jorge, en la periferia de Fortaleza, Ceará. Los sujetos de la investigación son jóvenes de entre 21 y 29 años, descendientes de familias en situación de vulnerabilidad social, que abandonaron la escuela cuando aún cursaban la enseñanza primaria y que deseaban, a través del Projovem, completar la escolaridad básica para luego entrar en el mercado de trabajo en busca de mejores condiciones económicas para asegurar la subsistencia de su familia. La conclusión es que el Projovem Urbano es un programa que permite a los jóvenes de la periferia vislumbrar una vida más digna, pero, para lograrlo, durante el proceso, deben enfrentar una serie de dificultades relacionadas con la permanencia en la escuela, como la

falta de apoio financeiro, la disparidad entre la realidad fuera de la escuela con los contenidos curriculares y la falta de apoyo a las madres estudiantes.

Palabras clave: Juventud; Políticas públicas; Projovem Urbano; Vulnerabilidad social; Periferia.

INTRODUÇÃO

Políticas públicas direcionadas especificamente para o público juvenil são investimentos recentes, pois, durante muito tempo da história, os jovens foram vistos como adultos, sendo, por isso mesmo, tratados de maneira genérica sem necessidades específicas (Tommasi, 2004). Com efeito, a categoria “juventudes”, escrita no plural, visa a abarcar as múltiplas características do público juvenil, sendo, de tal modo, um construto historicamente construído, e não simplesmente uma fase de transição entre a adolescência e a maturidade. Por conseguinte, não é um estágio biológico que naturalmente abarca todos os indivíduos, mas “[...] uma elaboração sócio-histórica que abrange inúmeras variáveis de acordo com a internalização das experiências culturais desfrutadas, positiva ou negativamente, ao longo da vida” (Fialho, 2015, p. 20-21).

O reconhecimento da pluralidade e do protagonismo juvenil decorre da iniciativa dos próprios jovens, que demonstraram, nas últimas décadas, cada vez mais interesse em participar das decisões sociais e do processo de democratização do país (Fialho; Sousa, 2017). Em resposta aos interesses e necessidades particulares da juventude, em âmbito nacional, é a partir de 1990 que constatamos as primeiras iniciativas do Governo Federal em articular políticas públicas para as juventudes, realçando as suas singularidades e os considerando sujeitos protagonistas e aptos para a transformação da teia social (Fialho; Sousa, 2017). A exemplo disso, temos importantes políticas públicas gestadas ainda pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), como o Bolsa Escola, o Projeto Escola Jovem e Jovem Empreendedor, o Projeto Navegar, o Esporte na Escola etc., que são marcos da inclusão social do jovem (Sposito; Carrano, 2003).

Foi somente mais tarde, a partir de 2003, já no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que se observaram “[...] maiores esforços pela instância

pública em articular os programas e projetos considerando as demandas específicas da população jovem; compreendendo-a como parcela protagonista importante para o desenvolvimento” (Fialho; Sousa, 2017, p. 3). Desde então, com vistas à melhor preparação dos jovens para o mercado de trabalho e para a vivência cidadã, bem como atenuar as desigualdades sociais, culturais e econômicas, projetos foram mantidos e ampliados e outros novos foram implementados em todo o país, como o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed)⁴, o Projeto Agente Jovem (AJA)⁵, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE)⁶, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA)⁷, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem)⁸, etc.

O Projovem é o foco deste estudo, mais especificamente o Projovem Urbano. O programa objetiva a formação e a inclusão social de jovens com idades entre 18 e 29 anos, através da oportunidade de conclusão do ensino fundamental, da formação cidadã e da qualificação profissional (Brasil, 2007). Foi criado em 2005 através da Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005, sob a promessa de ofertar oportunidades para todos, e, em 2008, foi alterado pela Lei n. 11.692, de 10 de junho, que diversificou as modalidades do Projovem de acordo com as especificidades das juventudes brasileiras, de modo que foram criados: o Projovem Adolescente, voltado para o público que ainda não é considerado jovem por possuir idade inferior a 18 anos; o Projovem Trabalhador, voltado para jovens que já se encontram inseridos no mercado de trabalho, mas que não concluíram a educação básica; o Projovem Campo - Saberes da Terra, voltado para os jovens residentes no campo; o Projovem

⁴ Criado pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de qualificar e expandir o ensino médio no Brasil em 1997.

⁵ Amplamente implementado no estado do Ceará, visa a capacitar e envolver jovens em projetos ambientais e sociais, oferecendo bolsas, formação profissional e participação em iniciativas sustentáveis.

⁶ Criado em outubro de 2003, o foco são “[...] ações dirigidas à promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, ao fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda” (Brasil, 2003).

⁷ Programa federal que visa a combater o analfabetismo e a promover a educação de jovens, adultos e idosos, com foco em municípios com altas taxas de analfabetismo.

⁸ Política educacional de reinserção de jovens que foram alfabetizados, mas não concluíram o ensino fundamental, entre 18 e 29 anos.

Prisional, voltado para os jovens privados de liberdade; e o Projovem Urbano, cujo foco são os jovens que residem nas cidades metropolitanas.

O último, Projovem Urbano, é o objeto do presente estudo, mais delimitadamente o desenvolvido na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará (CE), isso porque o problema central da pesquisa questionou: como os jovens de Fortaleza atendidos pelo Projovem Urbano percebem a formação cidadã e profissional desenvolvida pelo referido programa?

Para ampliar o entendimento sobre essa questão, elaborou-se uma pesquisa com o objetivo de compreender a percepção de jovens cearenses inseridos no Projovem Urbano sobre as possíveis contribuições e limitações do programa para a formação cidadã e profissional.

Este estudo é relevante porque permite explicar, sob a ótica dos jovens que vivenciam na prática o programa, como a participação no Projovem Urbano pode ou não possibilitar oportunidades de acesso à educação básica e à qualificação profissional. Inclusive, majorar a compreensão sobre como o referido programa interfere nas histórias de vida dos jovens fortalezenses, ressaltando possibilidades e contradições inerentes à proposta da política pública no Projovem Urbano e seu desenvolvimento prático, já que a pesquisa enseja a discussão e problematização do assunto a partir das narrativas de jovens participantes de Fortaleza-CE no entrecruzamento com o texto legal.

Considerando a atual configuração do nosso país no que concerne à violação dos direitos básicos dos jovens, violência e violação dos direitos humanos, propiciar o protagonismo juvenil por intermédio da visibilidade às percepções dos jovens acerca dos programas e projetos que os envolvem torna-se essencial e decisivo para avaliar os programas e projetos públicos e implementar reconfigurações (Fialho, 2014).

Este artigo, que se iniciou com uma introdução explicitando a temática do estudo e sua delimitação, bem como o objeto de estudo, o problema, o objetivo e sua relevância, traz ainda: uma seção metodológica para descrever os caminhos percorridos na realização da pesquisa; outra, denominada “O Projovem Urbano na perspectiva dos jovens cearenses”, para analisar o programa a partir das

narrativas juvenis; e, por fim, retoma o problema e o objetivo na seção das “Considerações finais”, resumindo os principais achados criticamente e apontando limitações do estudo e sugestões para outras investigações.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, já que interessa compreender pormenores dos sujeitos pesquisados a partir das suas subjetividades, diminuindo a distância entre pesquisador e objeto de estudo (Minayo, 2007). Dessa maneira, o foco não é a busca de dados estatísticos generalistas, tampouco uma verdade absoluta, mas entender e problematizar as compreensões juvenis realçando as suas individualidades, valorizando as suas oralidades para refletir criticamente acerca da política pública em tela (Nascimento; Silva, 2020).

A coleta dos dados ocorreu por intermédio do procedimento metodológico da entrevista livre em História Oral temática (Meihy; Holanda, 2007) com jovens cearenses alunos do Projovem Urbano de uma escola de Fortaleza-CE. O lócus da pesquisa oferta o Projovem Urbano no horário noturno em quatro turmas de uma instituição escolar localizada no bairro Henrique Jorge, conhecido pela desigualdade econômica, violência e insegurança. Além do mais, é uma região marcada pela criminalidade, sobretudo pelo tráfico de drogas, realidade que interfere diretamente nas vidas dos jovens que ali residem.

Os alunos atendidos pelo programa são de baixo poder econômico, entre 18 e 29 anos, que não concluíram o ensino fundamental e retornaram à escola estimulados pelo programa. O critério utilizado para a escolha e inclusão desses participantes no estudo foi tão somente o consentimento deles em conceder entrevista, tarefa que não foi simples. Previamente, buscou-se a autorização da gestão da escola e da coordenadora do programa, momento em que foi apresentado o objetivo da pesquisa, forma de participação, ausência de benefícios diretos, riscos e formas de divulgar os resultados. Com as devidas autorizações para a realização da pesquisa naquele espaço, dirigiu-se aos alunos, convidando-os para colaborar com o estudo. No entanto, dos 15

convidados, apenas quatro aceitaram o convite. Segundo a coordenadora, os alunos do Projovem possuem um diferencial dos demais, “[...] pois são bastante acanhados”, expressão que faz referência à timidez.

Através da História Oral temática, foram realizadas entrevistas temáticas acerca do assunto: “Vivências e compreensões sobre o Projovem Urbano” com os quatro alunos, sendo um do sexo masculino e três do sexo feminino, todos estudantes do turno da noite. Por razões éticas, as suas identidades foram preservadas e nomes fictícios foram adotados: Cris, 29 anos; Denise, 22 anos; Karla, 21 anos; e Mário, 28 anos.

Em atendimento aos princípios éticos da pesquisa com seres humanos, após explicação da pesquisa e forma de participação, houve a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com a autorização de divulgação de suas narrativas anonimizadas. As entrevistas livres em História Oral temática foram coletadas na escola, individualmente, com os quatro alunos do Projovem Urbano, com duração média de 27 minutos. Gravadas com o auxílio de aparelho de gravação de voz digital, as entrevistas foram transcritas, textualizadas e validadas pelos jovens.

O PROJOVEM URBANO NA PERSPECTIVA DOS JOVENS CEARENSES

O Projovem Urbano se caracteriza como um programa voltado para as juventudes pobres excluídas da formação educacional. Foi pensado justamente em razão do alto índice de jovens que não concluíram a escolarização básica no tempo apropriado, ou seja, que, por diversos fatores, abandonaram os estudos e consecutivamente possuem maior exposição à situação de vulnerabilidade social nos grandes centros urbanos (Brasil, 2006).

Com a consolidação da Política Nacional da Juventude, implementada em 2005, o Projovem, de caráter nacional, foi criado no mesmo ano, para atender aos jovens com faixa etária entre 18 e 24 anos. Posteriormente, em 2007, foi lançado num novo modelo, agora dividido em categorias específicas - adolescente, urbano, campo e trabalhador -, atendendo à faixa etária de 18 a

29 anos. O Projovem Urbano possibilita a conclusão do ensino fundamental, oferecendo a oportunidade de estudo junto à qualificação profissional com duração de 18 meses. Para aqueles jovens que frequentam às aulas com regularidade, é fornecida uma bolsa no valor de cem reais. Essa iniciativa busca promover a inclusão social daqueles que se encontram excluídos do trabalho e da escolarização formal.

Em relação aos estudos referentes ao ensino fundamental, eles se desenvolvem por meio de conhecimentos gerais articulados à qualificação profissional, ou seja, os alunos recebem formação técnica específica por meio dos arcos ocupacionais concomitantemente com os conhecimentos curriculares da etapa de escolarização. Na cidade de Fortaleza-CE, o programa vem sendo executado pela Prefeitura Municipal; na escola onde foi realizada a pesquisa, o arco ocupacional era o da alimentação, a partir do qual os alunos recebem qualificação profissional voltada para a área gastronômica.

Conforme escopo do programa, objetiva-se não somente a formação escolar e profissional, sendo também trabalhada a participação cidadã dos alunos, cujo foco é instigar a autonomia juvenil e o reconhecimento dos seus direitos e deveres como cidadãos e sujeitos sociais ativos, de modo a ser concretizada a integração social, tendo “[...] o jovem como agente principal de desenvolvimento, enfatizando a vontade natural do jovem de fazer, de se ocupar em alguma ação prática para a melhoria das condições de vida de seu entorno” (Tommasi, 2004, p. 2). Nessa perspectiva, aqueles jovens que se encontram excluídos, ao integrarem o Projovem Urbano, encontram maiores oportunidades de convívio social, em consonância com o escopo das políticas e projetos voltados para as juventudes em desenvolvimento, como asseveram Frezza, Marachin e Santos (2009, p. 9):

A caracterização dos jovens que são beneficiados pelos programas e projetos de políticas públicas prioriza diferentes critérios, tais como: a situação econômica e social; o acesso ou não a bens culturais, sociais e educacionais; a faixa etária; uma possível situação de conflito com a lei; dificuldades de inserção no mundo do trabalho. Baseados em tais critérios, os projetos e programas parecem tentar englobar os jovens ditos em vulnerabilidade social.

Em vista desse cenário, os jovens participantes do Projovem urbano têm reinserção nos estudos e apoio para ingresso no mercado de trabalho através de qualificação educacional e profissional integrados. Assim, a educação se caracteriza como dual (Correa; Cunha, 2023), pois a maioria das demandas educacionais é conduzida ao ensino técnico e ao mercado de trabalho, sendo poucos os incentivos voltados para a entrada desses jovens no ensino superior e continuidade dos estudos (Freitas, 2018). Esse modelo de formação que tem como fim a instrução para a utilidade no mercado de trabalho é reflexo do cenário neoliberal, iniciado na década de 1990 com as reformas empresariais da educação e fortalecido a partir de acordos entre empresários e governo (Florencio, Fialho, Almeida, 2017).

Apesar de se enquadrar como um projeto que está de acordo com os interesses empresariais, o Projovem pode ser decisivo para que os jovens evadidos da escola retornem aos bancos escolares e concluam a formação básica, para que, assim, vislumbrem melhores condições de vida. Inclusive, ainda que não seja o foco do programa, ele possibilita aos integrantes novos objetivos e formas de protagonismo juvenil (Silva, F.; Santos; Silva, M., 2023), como relatou Mário (2016): “Penso em futuramente concluir o ensino médio e entrar na faculdade”. Mesmo quando não há esse interesse, o Projovem Urbano se mostrou positivo, como esclareceu Cris (2016):

O Projovem é importante na minha vida porque, quando eu era mais nova, nunca me interessei, porque, quando você começa com certas amizades, esquece dos estudos e só quer saber das amizades. Assim, agora eu estou vendo que, para eu conseguir alguma coisa melhor, eu tenho que terminar meus estudos e o Projovem está me dando uma oportunidade de terminar o fundamental logo, para depois, mais para frente, terminar e conseguir um trabalho que seja melhor.

Nota-se que Cris faz relação direta entre escolarização e mercado de trabalho ao considerar que o alavancamento da escolarização e qualificação profissional conduz ao maior sucesso no quesito empregabilidade. Ela acrescenta ainda que aqueles que não possuem o ensino fundamental completo são excluídos socialmente e, assim, tornam-se escassas as suas possibilidades de emprego e renda. Tal compreensão está em concordância com os princípios

do Projovem Urbano, que parte da realidade juvenil marcada pela evasão escolar, pobreza, vulnerabilidade e parca possibilidade de garantir a própria renda (Lima, 2010; Sá, 2013).

De acordo com Lima (2010), a evasão escolar entre os jovens é resultado, dentre diferentes motivações, principalmente da gravidez na adolescência, da necessidade de os jovens precisarem trabalhar muito cedo para garantir o sustento familiar. Além do mais, para esse autor, frente à desmotivação e desinteresse juvenil pelos estudos, a escola é uma das principais responsáveis por esse afastamento, pois ela se constitui em um local que pouco inclui socialmente e é pouco atrativa para os jovens por ser descontextualizada das suas realidades, não gerando aprendizagem significativa.

Ainda assim, mesmo que os jovens alunos do Projovem Urbano tenham se evadido da escola em um momento anterior de suas vidas, eles relataram que retomar os estudos por meio do referido programa foi uma oportunidade que se concretizou sem muitas dificuldades para serem incluídos, conforme relatos:

A sobrinha do meu marido disse que estava tendo vagas, então fui me inscrever. De repente me deu a ideia na cabeça, vou voltar a estudar! (Cris, 2016).

Meu menino estudava nesse colégio, aí um funcionário me perguntou se eu tinha terminado o ensino fundamental, eu respondi que não, e ele me explicou, disse que era bom eu tentar e que estavam realizando as inscrições (Mário, 2016).

Denise (2016), por sua vez, já havia sido estudantes do Projovem anteriormente, mas havia desistido, informando que havia retornado para finalizar a escolarização básica: “Na realidade, eu já fiz, só que eu não concluí, aí eu vi outra oportunidade e tentei encarar de novo, para dessa vez concluir [...]”. Portanto, assevera-se que o Projovem é um programa no qual facilmente os jovens se inserem, sem que haja empecilhos como seleção ou limitação de vagas; a dificuldade consiste em eles conseguirem permanecer no programa.

No que tange ao impacto positivo do Projovem Urbano nas vidas dos estudantes, além de fomentar novos planos e objetivos de vida, ressalta-se a

socialização dos alunos com os seus pares, o que não era possível, por exemplo, para Cris (2016), dona de casa que vivia limitada ao trabalho doméstico:

Do Projovem não tenho nada a reclamar! Para mim, é tudo de bom [risos], porque a pessoa faz novas amizades, conhece novas pessoas, porque, nesse bom tempo que eu estava sem estudar, eu só tinha uma mesma rotina e agora, não. Como eu estou estudando, eu já venho de casa para o colégio, isso já abre mais a minha cabeça. Não fico só dentro de casa.

Porquanto, a escola é locus importante de socialização, sendo determinante para despertar nos jovens o interesse de buscar melhorias para si próprios e para o seu coletivo, já que é espaço de interação e reflexão do mundo (Tommasi, 2004). O perfil da maioria dos alunos da instituição onde a pesquisa foi desenvolvida caracterizou-se por mães e donas de casa, que anteriormente não tinham vínculo com outro ambiente externo ao lar. Ao retornarem à escola, elas passaram a modificar suas rotinas de vida e pensamentos sobre o futuro. Isso acontece porque, segundo Delory-Momberger (2008, p. 115), “[...] a escola está no centro de múltiplos jogos de representações, na maneira como os alunos constroem, para si mesmos e para os outros, sua história e seu devir”. Denise (2016) acrescenta:

Além de eu terminar o meu ensino fundamental, para mim o Projovem importa em tudo! Está mudando minha vida, porque não só muda quando a gente entra, mas muda totalmente: quando você está com um diploma, é mais reconhecido, você tem como olhar mais para frente melhor, ver um futuro.

Nessa perspectiva, todos os jovens entrevistados demonstraram expectativas de lograr melhores condições de vida após a conclusão da escolarização por meio do Projovem Urbano. Evidenciaram o anseio de ocupar um posto no mercado de trabalho, sendo justamente esse um dos fatores que os instigaram a retornar à escola, pois entendem que, antes do ingresso no programa, as suas experiências profissionais eram limitadas e desqualificadas, visto que “[...] as oportunidades de trabalho normalmente oferecidas aos jovens são de curta duração e baixa remuneração, não possibilitando-lhes o desenvolvimento profissional, inserção e permanência no mercado de trabalho” (Brasil, 2007, p. 13).

O Projovem Urbano age de modo a atenuar essa realidade de precarização profissional. Assim, resta claro que “[...] as políticas públicas ofertadas especificamente para as juventudes são cruciais para a formação educacional, garantia de direitos e diminuição das desigualdades sociais” (Fialho; Sousa, 2020, p. 166). Com efeito, nem tudo é fácil para os jovens, há muitos desafios a serem enfrentados ao longo dessa trajetória.

O referido programa é encarado como oportunidade de mudar a situação econômica dos jovens, contudo eles enfrentam múltiplos desafios para permanecerem no sistema de ensino depois de anos afastados, principalmente em face das dificuldades para acompanhar os conteúdos curriculares, custear deslocamentos, conseguir apoio familiar para os cuidados noturnos da casa e filhos, perseverança para resistir ao cansaço em terceiro expediente de atividade, etc.

Sobre os conteúdos, afirmaram que são muitos em quantidade para pouco tempo de formação, além disso, são dissociados das suas realidades, conforme narrativas que seguem:

Eu tenho um pouquinho de dificuldade. Como passei muito tempo sem escolaridade, o meu conteúdo é um pouco pequeno, mas, de pouquinho em pouquinho, estou acompanhando (Mário, 2016).

O Projovem tem pontos negativos, não vou nem mentir. No meu caso, parei no 6º ano e agora estou aprendendo as coisas da 8ª série. No começo foi difícil de pegar [os conteúdos], não entendia o que eram as coisas, mas agora estou indo [...] (Karla, 2016).

Os jovens também realçaram que julgam negativo o atraso no recebimento das bolsas no valor de cem reais para alunos frequentes, que já são tão pequenas. Essa iniciativa, alicerçada na troca de dinheiro por frequência, é importante para os jovens, porque eles são vulneráveis financeiramente e o valor em dinheiro pode lhes ajudar com seus gastos pessoais, mas, como disse Denise (2016): “Faz cinco meses que a bolsa está atrasada. Ela iria me ajudar, porque, até um dia desses, eu estava desempregada e eu preciso desse dinheiro. Agora estamos só na expectativa [de receber a bolsas atrasadas]”.

Cris (2016) relatou ainda que: “Não são todos que recebem. Na escola, tem nove alunos que não recebem e estão com o mesmo problema que eu”. Ou seja, ainda há problemas na operacionalização do programa, que não consegue contemplar todos os alunos com a bolsa. Ela acrescentou que, caso recebesse o valor em dinheiro prometido pelo governo, iria se sentir ainda mais motivada para estudar, apesar de não faltar às aulas: “Se eu estivesse recebendo, iria dar mais vontade ainda [de ir à escola]; mesmo assim, estou aqui todos os dias de segunda a sexta” (Cris, 2016).

De modo semelhante, Mário (2016) disse que só teve acesso ao que deveria receber mensalmente duas vezes, mas que não abandona a escola porque o seu principal objetivo é buscar melhores condições de vida através dos estudos:

Está com uns cinco meses que não recebo essa bolsa. Só recebi uma vez cem reais e, na outra vez, duzentos, e pronto. Mas eu venho não é nem tanto pela bolsa, é mais pelo interesse de terminar o ensino fundamental, porque, apesar de não estar recebendo a bolsa, não desistimos, eu estou desde o começo, estou atrás do que eu quero para a minha vida.

A dificuldade de conciliar estudo com trabalho e a descontinuidade de políticas públicas são apontadas por Vianna, Arruda e Araújo (2022) como fortes motivos para a evasão em projetos de inclusão, especialmente para mulheres. Nota-se, contudo, que, no caso dos alunos participantes do estudo, não é o interesse no dinheiro que os faz seguir estudando, embora o recebimento do apoio financeiro seja importante para eles, porque poderia lhes auxiliar nos gastos com transporte, alimentação, etc. Ademais, há que se considerar que, sem o recurso, é mais suscetível que o índice de evasão aumente, porque os jovens provenientes de famílias empobrecidas precisam de alguma renda para sustentar a si e aos seus familiares (Tommasi, 2004).

O perfil do público atendido pelo Projovem é, em sua maioria, composto por jovens que se encontram desempregados, uma vez que a inserção do jovem no mercado de trabalho é tarefa difícil, principalmente quando eles não possuem formação ou experiência profissional (Fialho; Sousa, 2020), e a qualificação ofertada pelo Projovem Urbano é um dos maiores focos de

interesse dos alunos que não teriam essa oportunidade se inseridos no ensino fundamental regular, como explicou Denise (2016): “Eu acho muito bom o Projovem, porque eu estou desempregada, não tenho renda nem tenho formação para trabalhar, aí aqui eu já saio pronta para arrumar um emprego, diferente de antes quando eu estudava”. Portanto, apesar do não recebimento da bolsa, o Projovem é visto pelos entrevistados como uma promessa de melhores condições financeiras em um momento futuro.

Ainda a respeito do perfil dos alunos do Projovem Urbano, constata-se que as três mulheres são mães e donas de casa, inclusive uma delas, a Karla, leva o filho pequeno para a instituição escolar. Ela tem uma filha de 4 anos e disse que a levava para a escola porque não tinha com quem a deixar enquanto estudava e porque na escola ela poderia alimentar a filha com a merenda escolar que era servida para os alunos, de modo que a filha permanecia em sala durante toda a sua aula. Karla é uma mulher cuja trajetória exemplifica as dificuldades enfrentadas por tantas outras jovens mães pobres de todo o país para prosseguir nos estudos, afinal elas estiveram quase sempre invisíveis para o poder público (Perrot, 2005).

A educação é entendida pela sociedade em geral e principalmente pelos segmentos governamentais como meio de progresso para a superação da exclusão social, de maneira que ela é responsável por dar suporte para que os jovens vislumbrem a possibilidade de mudar as suas condições financeiras, almejando uma trajetória profissional e melhor ascensão socioeconômica (Fialho; Sousa, 2020). Todavia, as desigualdades econômicas e sociais não permitem as mesmas condições de aprendizagem a todos os jovens.

Nessa direção, o programa aqui discutido, ainda que entendido como positivo pelos participantes, conduz-nos à reflexão crítica das suas dificuldades: aprendizagem aligeirada; falta de mecanismos de permanência na escola, com atraso das bolsas; conteúdo não adaptado à realidade dos alunos; e inexistência de suporte para atender às alunas mães. Dessa maneira, pouco contribuiu, de fato, para a formação cidadã e profissional, já que tais aspectos não apareciam com ênfase na narrativa dos jovens, sendo apenas tangenciadas, com relatos

sobre ampliar o ciclo de amizades, pois o foco consistia em concluir a etapa educacional com vistas à melhor colocação profissional, mas sem um emprego em vista ou menção a uma formação profissional qualificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se compreender as percepções de jovens cearenses inseridos no Projovem Urbano sobre as possíveis contribuições e limitações do programa para a formação cidadã e profissional. Para isso, a pesquisa, de abordagem qualitativa, amparada metodologicamente pela História Oral temática, mostrou-se adequada por dar a ver as subjetividades juvenis.

O estudo revelou que os jovens alunos do Projovem Urbano almejam, uma vez inseridos nesse programa, concluir o ensino fundamental concomitantemente a uma formação profissional para se inserir no mercado de trabalho e fomentar melhores condições econômicas. Apenas um relatou o desejo de prosseguir nos estudos e cursar também o ensino médio e o ensino superior, os demais demonstraram interesses mais imediatistas de concluir o ensino fundamental e conseguir um posto empregatício.

No entanto, também ficaram claras as dificuldades que eles enfrentam para se manterem no sistema de ensino, pois, embora o ingresso seja facilitado e não haja concorrência ou limitação de vagas, há muito investimento demandado para permanecer no programa: investir em tripla jornada diária, receber bolsas atrasadas, responsabilizar-se pelo transporte até a escola, não ter apoio para alunas mães que precisam cuidar dos filhos, aprender conteúdos de maneira aligeirada em tempo curto e descontextualizado, receber a formação profissional elegida pela escola e não de acordo com o interesse dos jovens.

Através das narrativas juvenis, evidencia-se que, ao mesmo tempo que os discentes se deparam com uma nova oportunidade de estudar, com matrícula facilitada, o que era considerado muito positivo, havia a falta de atenção do poder público para com as individualidades das juventudes inseridas no programa, suas singularidades e necessidades reais, que não eram devidamente

consideradas. Assim, constata-se que permanecer no programa significava enfrentar muitas dificuldades, o que levava a evasões constantes.

O estudo permitiu entender como o Projovem Urbano impactava as histórias de vida de jovens da periferia da capital cearense, lançando luz ao entendimento de que essa política pública, articulada para as juventudes, precisa ser constantemente avaliada e qualificada, afinal os jovens, que se configuram como os principais informantes sobre a importância e limitações do programa, pois são eles quem vivenciam na prática cotidiana todas as situações relacionadas a ele, relatavam que, ao mesmo tempo que o programa permitia reaver sonhos antigos de concluir a escolarização e conseguir melhores empregos, estes se esbarravam nas dificuldades de permanecer no programa.

Os resultados evidenciam, por fim, a importância e a urgência de o poder público ouvir os jovens e compreender as suas particularidades para então intervir por meio de políticas públicas que considerem as necessidades individuais dos jovens. Dessa maneira, é necessário avaliar, repensar e atualizar, sempre que necessário, o Projovem Urbano para melhor atender aos interesses plurais dos jovens, principalmente os mais empobrecidos e em situação de vulnerabilidade social.

A juventude é um grupo multifacetado, motivo por que as suas reais condições de vida e necessidades só podem ser entendidas através do diálogo horizontal entre gestores e juventudes, sensíveis especialmente para reduzir as disparidades sociais, culturais, educacionais e econômicas, minorando as desigualdades e ampliando a justiça social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 1º jul. 2005.

BRASIL. Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jun. 2008.

BRASIL. *Política Nacional da Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conjuve, 2006.

BRASIL. *Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano*. Brasília, DF: MEC, 2007.

BRASIL. *Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio*. Brasília, DF: MEC, 2003.

CORREA, Licinia Maria; CUNHA, Maria Amália de Almeida. A vida numa encruzilhada: jovens do ensino médio entre o desejo e a necessidade de projetar o futuro. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 8, e10059, 2023. DOI: 10.25053/redufor.v8.e10059. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/10059>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DELORY-MOMBERGER, Christine. *Biografia e educação: figuras do indivíduo projeto*. Natal: EDUFRRN; São Paulo: Paulinas, 2008.

FREITAS, Luís Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FIALHO, Lia Machado Fiuza. *A vida de jovens infratores privados de liberdade*. Fortaleza: UFC, 2015.

FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente infrator no Brasil: breve contextualização histórica*. Fortaleza: EdUECE, 2014.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; SOUSA, Francisca Genifer Andrade de. Juventudes em políticas públicas: o estado da questão em pesquisas cearenses (2010-2016). *Revista Atos de Pesquisa em Educação*, Blumenau, v. 15, n. 1, p. 163-185, 2020. Disponível em:

<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/7457>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; SOUSA, Francisca Genifer Andrade de. Política pública de juventudes: percepções dos bolsistas do Prouni. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 11, n. 17, 2017. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/53612/34014>. Acesso em: 11 jan. 2023.

FLORENCIO, Lourdes Rafaella Santos; FIALHO, Lia Machado Fiuza; ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de. Política de formação de professores: a ingerência dos organismos internacionais no Brasil a partir da década de 1990. *Holos*, Natal, v. 5, p. 303-312, 2017. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5757>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FREZZA, Marcia; MARACHIN, Cleci; SANTOS, Nair Silveira dos. Juventudes como problema de políticas públicas. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/cmPPmPBbj6mS3Tnpnnyg3gD/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LIMA, Deyseane Maria Araújo. *Projovem Urbano da Escola Papa João XXIII do bairro Vila União*: significados atribuídos pelos jovens na perspectiva da psicologia comunitária e da psicologia ambiental. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral*: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MINAYO, Maria Cecília. *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, Diogo Silva do; SILVA, Lourenço Cezar da. Lazer e favela: o morro do Timbau e seu arraiaá da (re)existência. *Periferia*, Duque de Caxias, v. 12, n. 2, p. 16-38, 2020. DOI: 10.12957/periferia.2020.48753. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/48753>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: Edusc, 2005.

SÁ, Roselene Moura de. *Projovem Urbano: desafios, perspectivas e implicações de uma política pública na constituição dos saberes discentes*. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SILVA, Fernanda Sheila Medeiros da; SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; SILVA, Maria Kelia da. Protagonismo juvenil na política do Novo Ensino Médio. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades*, Fortaleza, v. 5, e510535, 2023. DOI: 10.47149/pemo.v5.e510535. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/10535>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/dH674czshpNpQDsJ8vsJHLh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2025.

TOMMASI, Livia de. Um olhar sobre as experiências de políticas públicas de juventude na América Latina. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 177-181, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/y9bjQXbsR4g5msTM7WrYHmw/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2025.

VIANNA, Jose Antonio; ARRUDA, Ulhiana Maria de Medeiros; ARAÚJO, Paulo Coelho. Motivos para a evasão das meninas em projetos de inclusão social por meio do esporte. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 7, e7189, 2022. DOI: 10.25053/redufor.v7.e7189. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/7189>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Recebido em: 23/05/2025
Aprovado em: 21/10/2025
Publicado em: 12/02/2026